

# PREGÃO ELETRÔNICO

***CPI7-PR-156/0022/26***

## **CONTRATANTE (UASG)**

***180156 – Comando de Policiamento do Interior Sete***

## **OBJETO**

***Aquisição de conjunto de servidor para o Comando de Policiamento do Interior Sete - (CPI-7)***

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

***R\$ 196.158,69 (cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos)***

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia ***02/07/2026 às 08h*** (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

***MENOR PREÇO***

## **MODO DE DISPUTA:**

***ABERTO***

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

***NÃO***



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA

# Edital 33/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2026	180156-ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA	RUI EDUARDO XAVIER	18/06/2026 12:09 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00239100/2026-06

## VERSÃO DO EDITAL

Administração Pública do Estado de São Paulo  
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE  
Edital de Pregão  
Versão atualizada em: 03/03/2026

## PREÂMBULO

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº CPI7-PR-156/0022/26**

(Processo Administrativo nº 057.00239100/2026-06)

Torna-se público que o ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE, sediado na Rua Bento Manoel Ribeiro, 209, Vila São Caetano – Sorocaba/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de conjunto de servidor para área do CPI-7, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens do grupo a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.2. Considerando o valor estimado do grupo, objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 4. PROPOSTA E HABILITAÇÃO

### DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
  - 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
  - 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
  - 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
  - 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
  - 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).
  - 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.1.1. Valor unitário e total do item;
  - 5.1.2. Marca;
  - 5.1.3. Fabricante.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão

- retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. SESSÃO, PROPOSTAS E LANCES

### DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR REDUÇÃO ENTRE LANCES
ÚNICO	1	GABINETE - RACK 19 REFORÇADO PARA SERVIDOR	R\$ 50,00
	2	SERVIDOR TIPO RACK 2U 19" ,2 CPU 256 GB DE RAM, 2 HD'S 3,5', 2 MVME 960 GB	R\$ 1.700,00
	3	SWITCH 48 PORTAS + 4 SFP+	R\$ 55,00
	4	NOBREAK PARA RACK MÍNIMO 1500 VA	R\$ 20,00

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro

colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SicaF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a submissão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos

termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá



comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico da plataforma SEI utilizada pelo Governo do Estado de São Paulo.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02 de março de 2026, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 13. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO

### DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: encaminhamento das razões no endereço eletrônico: [cpi7uge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpi7uge@policiamilitar.sp.gov.br) (e-mail deve constar todas as informações necessárias para identificação de quem o subscreve e quem este representa; quando do envio de documento anexo com as razões, tal documento deve estar em formato PDF, com assinatura eletrônica certificada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), como determina o § 2º do artigo 12º da Lei 14.133/21).
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no endereço eletrônico na Internet [www.doe.sp.gov.br](http://www.doe.sp.gov.br) (Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento).
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
- 14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.
- 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
- 14.2.1.5. Constitui, igualmente, condição para a celebração da contratação:
- 14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
- 14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
- 14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:
- 14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

- 14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
- 14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;
- 14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.
- 14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.1.2. Anexo I.2 – Matriz de Risco;
- 14.16.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;
- 14.16.3. ANEXO III – Cópia da Resolução nº SSP 05/2026, que trata das sanções aplicáveis no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
- 14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;
- 14.16.5. ANEXO V – Modelo de Declaração.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RUI EDUARDO XAVIER**

SUBSCRITOR DO EDITAL



*Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 12:09:21.*

# TERMO DE REFERÊNCIA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA

# Termo de Referência 102/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
102/2026	180156-ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA	JULIANO DE JESUS MACHADO	18/05/2026 10:16 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		SEI - 057.00239100/2026-06

## 1. Definição do objeto

### TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTE

### POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE - (CPI7)

(Processo Administrativo nº SEI - 057.00239100/2026-06)

1.1. A aquisição de conjunto de servidor em geral para área do CPI-7 se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico.

1.2. A aquisição do Conjunto de servidores integrado por 01 (um) rack reforçado, 01 (um) servidor (2 CPU – 256 Gb Ram – 2 HD's 3,5" – 2 MVME 900Gb), 01 Switch ( 48 portas + 4 SFP+), e 03 (três) nobreak ( mínimo estabelecidas 1500VA ), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, tem por objetivo suprir as necessidades da sede do Comando de Policiamento do Interior Sete - CPI-7, bem como promover a **adequação da infraestrutura tecnológica**, ampliando a disponibilidade e a confiabilidade dos equipamentos utilizados.

1.2.1. A aquisição contribuirá para o melhor desempenho dos sistemas institucionais e para o suporte às atividades operacionais e administrativas, possibilitando maior eficiência no tratamento das informações e no apoio às ações voltadas à redução dos índices criminais na área de atuação do CPI-7.

1.3. Atualmente, os equipamentos disponíveis encontram-se obsoletos, com capacidade de processamento e armazenamento insuficientes, o que compromete:

- A velocidade no acesso a dados críticos;
- A eficiência das análises realizadas pelo setor;
- A segurança das informações sensíveis, que devem ser armazenadas localmente por exigência operacional e normativa;
- A continuidade das atividades em caso de queda de energia ou falhas de rede.

1.4. Na Lei nº 14.133/2021, em especial o art. 46, §1º, II e III, está previsto que o parcelamento da contratação **não deve comprometer a economia de escala, a padronização, a segurança ou a funcionalidade da solução**. Assim, quando há necessidade de **padronização e compatibilidade técnica**, pode-se justificar a aquisição **em lote único**, para que uma única empresa forneça todos os equipamentos. Dessa forma, **não se recomenda o parcelamento da solução**, uma vez que os equipamentos a serem adquiridos compõem um **conjunto interdependente e integrado**, cujo fornecimento deve ocorrer em **lote único por empresa especializada**, garantindo-se a compatibilidade das peças, a eficiência do suporte técnico e a economicidade da contratação.

1.5. Aquisição dos materiais conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO DO SERVIDOR TIPO RACK 19"							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	NATUREZA DE DESPESA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	GABINETE - RACK 19 REFORÇADO PARA SERVIDOR	617522	449052	und	1	R\$ 4.879,00	R\$ 4.879,00
2	SERVIDOR TIPO RACK 19" ,2 CPU 256 GB DE RAM, 2 HD'S 3,5', 2 MVME 900 GB	457720	449052	und	1	R\$ 170.113,33	R\$ 170.113,33
3	SWITCH 48 PORTAS + 4 SFP+	618776	449052	und	1	R\$ 14.944,96	R\$ 14.944,96
4	NOBREAK PARA RACK MÍNIMO 1500 VA	626903	449052	und	3	R\$ 2.073,80	R\$ 6.221,40
TOTAL:							R\$ 196.158,69

1.6. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.7. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.8. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.9. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.10. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias corridos, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A contratação objeto do presente Termo de Referência visa proporcionar o atendimento das demandas da área do CPI-7, vinculadas ao exercício de atividades específicas para fomento a redução de índices criminais.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.



2.3. O pertinente recurso foi disponibilizado pelo Poder Judiciário, por meio de depósitos oriundos do Processo nº 1011600-67.2025.8.26.0602, junto ao Fundo Especial de Despesas da Polícia Militar (FEPOM) para a aquisição específica de equipamentos indicados no pertinente Projeto, em decorrência da adequação aos termos do Provimento CG nº 47/224, da Subseção IV da Seção XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.

2.4. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.5. A contratação em questão objetiva atender ao planejamento específico, adequar a infraestrutura, melhorar a disponibilidade de recursos tecnológicos e permitir maior eficiência na redução de índices criminais.

2.6. No contexto de compras públicas, a aquisição de material de informática segue regras e legislações específicas, mais recentemente, a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). Esses processos garantem transparência e competitividade, permitindo que fornecedores apresentem suas propostas, e o melhor custo benefício seja obtido.

2.7. Portanto, a aquisição do conjunto de servidores se mostra de grande valia, pois vai ao encontro das necessidades desta Grande Unidade, chegou-se, preliminarmente, à indicação para melhoramento do setor tecnológico por meio da aquisição dos equipamentos adiante indicados;

2.7.1. a contratação dos servidores tipo rack é medida necessária e estratégica, por se tratar de item de infraestrutura crítica, imprescindível para o funcionamento de sistemas que apoiam as operações institucionais, inclusive aquelas relacionadas à segurança pública e à gestão administrativa da organização.

### **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A presente solução tem como objetivo atender à necessidade de aquisição de conjunto de servidores com vistas à assegurar a qualidade, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos ofertados nesta aquisição, justifica-se a exigência de que os equipamentos venham com componentes originais de fábrica, de mesma qualidade e homologados pelo fabricante do equipamento. A solução contempla todas as etapas necessárias para garantir a aquisição eficiente, segura e adequada dos equipamentos.

3.3. O processo de aquisição será conduzido observando critérios de qualidade, eficiência energética, durabilidade e conformidade com as normas técnicas vigentes, priorizando modelos que ofereçam o melhor custo-benefício. A solução prevê ainda o acompanhamento do recebimento e conferência dos produtos, bem como a verificação do funcionamento adequado, a fim de assegurar a plena satisfação dos objetivos propostos.

3.4. A contratação de empresa única, responsável pelo fornecimento integrado e compatível de todos os itens, e sua entrega já montada, instalada e funcional, assegura que:

- Os componentes sejam efetivamente compatíveis entre si (ex.: energia, conectividade, protocolos, montagem física);
- A solução seja validada tecnicamente como um conjunto;
- A responsabilidade técnica recaia sobre um único fornecedor, eliminando conflitos e fragmentação de responsabilidades entre vários contratados.

#### **Risco da Fragmentação**

3.5. A fragmentação da contratação (itens licitados separadamente) comprometeria:

- A efetiva compatibilidade entre os equipamentos;
- A garantia de funcionamento final da solução;
- A agilidade na instalação e na manutenção;
- A identificação de responsabilidades em caso de falhas, ferindo o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Importante destacar que não se está exigindo que todos os componentes sejam da mesma marca do fabricante, mas sim que todos os componentes sejam originais, integrados de fábrica, e devidamente homologados pelo fabricante, conforme configuração certificada de série.

3.7. Essa medida visa resguardar o interesse público, garantindo a aquisição de equipamentos confiáveis, com desempenho adequado às necessidades da Administração e menor custo de manutenção no longo prazo.

3.8. Conforme a lei nº 14.133/2021, fundamento nos princípios da eficiência (art. 5º), planejamento (art.11, IV), gestão por resultados e responsabilidade contratual (art. 6º, XX), a contratação deve prever que a empresa entregue todos os produtos de forma montada, integrada, compatível e em funcionamento pleno, sendo responsável pela instalação, testes e garantia do perfeito funcionamento da solução como um todo.

3.9. Essa exigência atende ao interesse público ao assegurar a qualidade, continuidade e integridade do serviço prestado, especialmente por se tratar de uma solução crítica para o setor responsável do Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7).

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade

4.1. A contratação deverá observar princípios de responsabilidade socioambiental, conforme as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à instituição e à legislação vigente. Os fornecedores e os produtos deverão atender aos seguintes requisitos:

4.1.1. Os servidores deverão ser **novos, de primeiro uso e sem uso anterior**;

4.1.2. Deve possuir **formato compatível com rack padrão de 19"**, com trilhos deslizantes e acessórios para montagem;

4.1.3. Os servidores devem estar aptos a operar em regime 24x7, com tolerância a falhas e possibilidade de substituição de componentes sem desligamento do equipamento.

4.2. Eventuais divergências entre a descrição dos itens constantes nos catálogos dos sistemas **Compras.gov.br** e **SIAFÍSICO/BEC** e as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência decorrem do caráter padronizado e genérico dos referidos sistemas. Nesses casos, **prevalecerão as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência**, as quais definem de forma detalhada e precisa o objeto da contratação, em conformidade com as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, que atribui à Administração Pública a responsabilidade pela adequada definição das características do objeto a ser contratado.

4.2.1. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, como segue abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	<p><b>Um (01) Rack Metálico Reforçado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Para redes de servidores com fluxo de ar otimizado;</li><li>• Sistema modular desmontável em aço;</li><li>• Com abertura para exaustores e passagem de cabo;</li><li>• Tamanho mínimo 38U;</li><li>• Dimensões compatíveis com o suporte dos demais equipamentos presentes neste edital;</li><li>• Composto no mínimo de dois quadros estruturais;</li><li>• Pintura eletrostática;</li><li>• Tampas e laterais removíveis;</li><li>• Tampa traseira perfurada;</li><li>• Tampa frontal perfurada ou com visor acrílico acompanhado de fechadura com chave;</li></ul>

- Acompanhado de no mínimo 4 bandejas deslizantes e 6 organizadores horizontais para cabo;
- Acompanhado de todos acessórios para seu correto emprego;
- Com rodízios giratórios e trava tipo freio; Garantia mínima de 1 ano;

## 2 Um (01) Servidor para rack 19” com trilhos deslizantes, 2 CPU com 256 Gb Ram, 2 HD´s 3,5” e 2 NVME 900Gb):

### GABINETE:

- Instalação em rack de 19” por meio de trilhos deslizantes;
- Formato com as seguintes dimensões aproximadas: Altura 85mm x Largura 450mm x Profundidade 750mm;
- Chassi com capacidade mínima para 12 discos SAS/SATA de 3,5”, com acesso frontal por meio de gavetas Hot-Plug. Todas as gavetas deverão ser funcionais, acompanhar o produto e estarem aptas para o recebimento de discos complementares sem a necessidade de outros acessórios;
- Suporte para, no mínimo, 2 (duas) unidades NVMe padrão 2,5”;
- Controladora RAID para gerenciamento de discos com modo de espelhamento e/ou distribuição de dados, bem como outras configurações equivalentes de desempenho e redundância;
- Deverá possuir painel frontal contendo botão liga/desliga, leds de indicação de status e proteção removível (ou mecanismo equivalente) garantindo o acesso às gavetas dos discos apenas após sua remoção;
- Painel traseiro contendo 2 fontes redundantes Hot-Plug (com tensão de entrada de aproximadamente 100-240VAC a 60Hz automática) de no mínimo 800w cada, desde que compatível com a ocupação de todos os slots de discos disponíveis;
- Deverá conter no mínimo 2 conexões RJ45 (mínimo de 1 GbE ou superior) , 2 slots para módulos SFP+ (mínimo 10 GbE ou superior), 2 conexões SFP28 (mínimo de 25GbE);
- Sistema de refrigeração forçada de alta performance, com dissipação térmica dedicada para os 2 processadores (CPU), garantindo operação contínua em regime de alta disponibilidade.

### PLACA PRINCIPAL:

- A placa principal deverá permitir o acoplamento simultâneo de 2 processadores, do tipo dual-socket, da mesma família e geração;
- Possuir, no mínimo, 32 slots para memória DIMM DDR5 ou superior, suportando expansão de memória de acordo com a capacidade máxima da plataforma ofertada;
- Não serão aceitas soluções baseadas exclusivamente na integração de componentes sem validação, homologação e responsabilidade técnica do fornecedor pelo conjunto ofertado;
- Deverá possuir slots PCI Express (PCIe) Gen4 ou superior, livres para expansão;
- Deverá possuir interface de rede do tipo modular, permitindo sua substituição em campo sem a necessidade de troca da placa-mãe, compatível com o padrão OCP 3.0 ou equivalente;
- O fornecedor deverá garantir a compatibilidade, integração e pleno funcionamento de todos os componentes ofertados, sendo responsável pelo suporte e manutenção do equipamento como um todo;
- O equipamento deverá ser fornecido por fabricante ou integrador, devendo ser entregue como solução completa, nova e sem uso, com garantia e suporte técnico oficial no Brasil.

### PROCESSADOR:

- O servidor deverá ser integrado por dois processadores para o segmento server, com arquitetura x86-64, cada um com no mínimo as seguintes configurações: 16 núcleos físicos e 32 threads; frequência base superior a 2.20 GHz (excluindo o modo turbo); cache L3 mínimo de 60 MB; interconexão entre processadores superior a 20 GT/s; controladora de memória DDR5 ou superior com suporte a frequências mínimas de 4800 MT/s ou superior; suporte a PCI Express 5.0 ou superior;
- O processador deverá ser da classe servidor (data center), pertencente a família corporativa do fabricante, projetado para ambientes de alta disponibilidade, virtualização e processamento paralelo;
- Deverá implementar mecanismos de gerenciamento dinâmico de energia e eficiência térmica;

- Deverá suportar instruções vetoriais avançadas de alto desempenho (AVX-512 ou equivalente funcional com desempenho igual ou superior na arquitetura ofertada).
- O processador ofertado deverá ser da última geração disponível do fabricante ou à imediatamente anterior.

#### **MEMORIA RAM:**

- O servidor deverá ser equipado com no mínimo 256 GB de memória RAM total, sendo 128 GB por processador, por meio de módulos DDR5 RDIMM ECC, organização 2Rx4, ou superior, com velocidade mínima de 4800 MT/s ou superior, compatíveis com a controladora de memória da CPU utilizada;
- A memória deverá ser organizada em configuração balanceada entre todos os canais de memória disponíveis por processador (arquitetura multi-channel conforme especificação do fabricante da CPU), garantindo simetria de acesso e desempenho;
- A solução deverá permitir expansão futura por meio de slots de memória livres, mantendo compatibilidade com a plataforma e suporte à capacidade máxima suportada pelo fabricante do servidor.

#### **MEMÓRIA DE ARMAZENAMENTO:**

- O servidor deverá ser fornecido com, no mínimo, 2 discos rígidos (HD) de 3,5", 7200 rpm, com capacidade mínima de 16 TB cada, cache de 512 MB, com carga de trabalho mínima de 550 TB/ano e MTBF de 2,5 milhões de horas, configurados em RAID para proteção e gerenciamento dos dados.
- Deverá incluir um subsistema NVMe para boot do sistema operacional, composto por no mínimo 2 unidades PCIe Gen4 x4 ou superior de no mínimo 900 GB cada, configuradas em modo espelhamento (RAID 1) para boot redundante.

#### **PORTAS DE COMUNICAÇÃO:**

- O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes interfaces de rede: 2 portas RJ45 de 1GbE ou superior, 2 portas SFP+ de 10GbE ou superior e 2 portas de 25GbE ou superior, compatíveis com transceptores ópticos padrão SFP28 ou equivalente;
- As interfaces deverão estar funcionalmente integradas ao servidor, podendo ser fornecidas por meio de controladora onboard, módulos OCP 3.0 ou adaptadores PCIe dedicados, desde que entregues como solução única homologada pelo fabricante do equipamento;
- As portas SFP+ deverão ser utilizadas como interface principal de conexão uplink do servidor com o switch especificado neste edital, garantindo comunicação no mínimo em 10GbE;
- Deverão ser fornecidos, juntamente com o equipamento, todos os transceptores ópticos (módulos) necessários para interconexão entre o servidor e o switch do mesmo edital, incluindo, no mínimo, módulos SFP+ compatíveis com 10GbE e módulos SFP28 compatíveis com 25GbE, devidamente funcionais e compatíveis com o desempenho das conexões;
- As interfaces de rede deverão suportar tecnologias de virtualização e otimização de tráfego, incluindo VMQ, VXLAN ou equivalentes funcionais suportados pela controladora de rede e pelo sistema operacional;
- O equipamento deverá incluir capacidade de processamento e aceleração de tráfego TCP/IP em hardware ou firmware, por meio da controladora de rede (NIC), visando otimização de desempenho em ambientes virtualizados e de alta densidade;
- Deverá suportar mecanismos de offload de rede, incluindo, mas não se limitando a: LSO, RSS e TSO, ou equivalentes funcionais.

#### **BIOS E SEGURANÇA:**

- Deverá permitir configuração de senha de acesso e senha de administrador para proteção do ambiente de configuração;
- A BIOS/UEFI deverá ser atualizável por software fornecido pelo fabricante e possuir mecanismo de verificação de integridade e autenticação das atualizações;
- Deverá suportar funcionalidade de recuperação de versão anterior da BIOS/UEFI (rollback) em área protegida de memória.

#### **CONTROLADOR RAID:**

- O servidor deverá possuir controladora de armazenamento compatível com discos SAS 12 Gb/s e SATA 6 Gb/s;

- A controladora deverá suportar, o sistema RAID padrão de mercado, com cache dedicado de no mínimo de 2 GB;
- Deverá permitir expansão de capacidade e migração de nível de RAID online, sem interrupção das aplicações;
- Deverá suportar hot swap, hot spare global e reconstrução automática de volumes em caso de falha;
- Deverá possuir suporte a tecnologia SMART para monitoramento de falhas.

#### **SISTEMA OPERACIONAL:**

- O equipamento deverá ser compatível com sistemas operacionais corporativos Windows e Linux, bem como com plataformas de virtualização amplamente utilizadas no mercado, incluindo, mas não se limitando a: Microsoft Windows Server (2019 ou superior com Hyper-V), Canonical Ubuntu Server LTS, Rocky Linux e Proxmox VE;
- O sistema operacional ou hipervisor deverá ser obrigatoriamente instalado em unidades de armazenamento baseadas em tecnologia NVMe, configuradas em espelhamento (RAID 1), por meio de solução de hardware, firmware ou software compatível com a arquitetura do fabricante;
- As unidades NVMe destinadas ao sistema operacional deverão ser exclusivas para essa finalidade, não sendo permitido seu uso simultâneo para armazenamento de dados de aplicações ou dados de usuários;
- As unidades de armazenamento do tipo HDD ou equivalentes deverão ser destinadas exclusivamente ao armazenamento de dados, não sendo permitida a instalação do sistema operacional ou hipervisor nesses dispositivos;
- O subsistema de armazenamento destinado ao sistema operacional deverá ser independente do subsistema de armazenamento de dados, garantindo separação lógica e física entre os ambientes de boot e de dados;
- As soluções de armazenamento destinadas ao sistema operacional deverão suportar espelhamento (RAID 1) por meio de controladora de hardware, firmware ou solução equivalente integrada ao equipamento;
- Não serão aceitas soluções baseadas em cartão SD, pendrive ou dispositivos similares de baixa confiabilidade para instalação do sistema operacional ou hipervisor.

#### **OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE O SERVIDOR:**

- O servidor deverá ser entregue pronto para uso, devidamente configurado e integrado ao ambiente previsto no edital, permitindo operação imediata;
- O fabricante deverá disponibilizar, em seu site oficial, de forma gratuita, todos os drivers, firmwares e atualizações necessárias para operação e segurança do equipamento;
- O equipamento deverá ser fornecido com todos os componentes necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo trilhos para montagem em rack, cabos de energia, conexões entre switch e servidor e acessórios compatíveis com a solução ofertada;
- Todos os componentes críticos, incluindo fontes, ventiladores e unidades de armazenamento, deverão ser hot-plug/hot-swappable, permitindo substituição com o equipamento em operação;
- As unidades de armazenamento deverão ser de padrão enterprise, compatíveis com operação contínua 24x7;
- Todos os componentes deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento, e não poderão estar fora de linha de fabricação;
- O equipamento deverá estar em conformidade com normas internacionais de segurança elétrica e eficiência energética aplicáveis, incluindo RoHS e equivalentes vigentes;
- Garantia e suporte técnico de no mínimo 36 meses.

#### **3 Um (01) switch (48 portas + 4 SFP+):**

- Switch Gerenciável de alto desempenho, com suporte mínimo à camada 3 (L3), contendo 48 portas RJ45 de 1 GbE ou superior e 4 portas SFP+ de 10GbE ou superior; Garantia mínima de 12 meses.

#### 4 três (03) nobreaks para Rack (mínimo de 1500VA):

- Nobreak Onda Senoidal Pura;
- Capacidade mínima de 1500VA;
- Tamanho mínimo 2U;
- Para Rack 19"; Com baterias internas de no mínimo 12V 9Ah;
- Para emprego em equipamentos eletrônicos críticos e sensíveis;
- Microcontrolado; Com display LCD programável ou led's indicadores de status /rede; Tensão de entrada Bivolt (automática) frequência de 60 Hz;
- Tensão de saída 110v ou selecionável;
- Com no mínimo 4 tomadas 10A e 1 tomada 20A - NBR 14136;
- Com tecla liga desliga com memória e retardo contra desligamento acidental; Proteção contra surtos de tensão;
- Proteção contra sub/sobretensão; Proteção contra descarga da(s) bateria(s);
- Proteção contra sobrecarga na saída; Proteção contra ruídos elétricos; Garantia mínima de 12 meses;

4.3. Os referidos equipamentos deverão ser entregues em plenas condições de funcionamento junto a contratada; a ligação entre servidores e switch deverá ser realizada por meio de conexão óptica de no mínimo 10Gb/s; Deverá ser integrado por todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo, organizadores de cabos, ventiladores, eletrodutos entre outros.

4.4. Por se tratar de um ambiente crítico e sensível, o fornecimento dos equipamentos de forma **fracionada e por diferentes empresas** acarretaria riscos elevados de:

- Incompatibilidade entre peças e padrões técnicos;
- Aumento de custos com suporte e assistência técnica dispersa;
- Dificuldade de atribuição de responsabilidade em caso de falhas;
- Descontinuidade do funcionamento por falhas de integração.

4.5. Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, além de serem fornecidos com todos os requisitos descritos no Termo de Referência.

4.6. A entrega do objeto deverá ser efetuada em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.7. O prazo para recebimento provisório e definitivo, bem como critérios de pagamento serão detalhados neste Termo;

4.8. As obrigações específicas da Contratada serão detalhadas no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

4.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## 5. Modelo de execução do objeto

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, devendo-se a entrega ser realizada no horário das 09h00min às 16h30min.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A empresa vencedora do certame deverá entregar Conjunto de servidor integrado por 01 (um) rack reforçado, 01 (um) servidor tipo rack 19" (2 CPU – com 256 Gb Ram – 2 HDs 3,5" e 2 MVME 900 Gb), 1 Switch ( 48 portas + 4 SFP+), e 3 nobreak ( mínimo de 1500VA, de acordo com as necessidades do CPI-7 conforme endereço abaixo:

5.3.1. **Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7)** - Rua Bento Manoel Ribeiro, 209 - Vila São Caetano – Sorocaba/SP - CEP 18055-129, tel (15) 3229-3900;

5.4. O aceite/aprovação do serviço contratado pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do (s) fornecedor (es) por vícios de quantidade ou qualidade posteriormente verificados, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art.28 da Lei nº.8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Para o fornecimento dos itens de informática será exigida a logística abaixo:

5.6. O CPI-7 emite o Empenho e envia ao fornecedor e para unidade requisitante, sendo que o prazo de entrega não deverá ser superior a 30 (trinta) dias corridos;

5.7. A unidade requisitante após o recebimento definitivo do material tomará a providências necessárias para o faturamento junto a UGE.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.10. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos dos materiais utilizadas na fabricação do produto.

5.11. Concluída a instalação e os testes de funcionalidade, será emitido **Termo de Recebimento Definitivo**, após validação técnica dos equipamentos e funcionalidades contratadas, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

## **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.10. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

## Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao impostos sobre operações relativas à circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e, nos termos da lei complementar nº 214, de 2025, quando ao impostos sobre Bens e Serviços - IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 [c/c](#) Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.22.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.22.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.22.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 196.158,69

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 196.158,69** (cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela item 1.5. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. Adequação orçamentária**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado:

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: UGE 180.156;

II) Fonte de Recursos: COFIN;

III) Programa de Trabalho: 180402;

IV) Elemento de Despesa: 449052;

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAURICEIA CAVALHEIRO MAIA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 10:16:20.*

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

## ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA

**Estudo Técnico Preliminar 103/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: SEI - 057.00239100/2026-06

**2. Descrição da necessidade****Aquisição de Materiais de informática**

2.1. *O pertinente recurso foi disponibilizado pelo Poder Judiciário, por meio de depósitos oriundos do Processo nº 1011600-67.2025.8.26.0602, junto ao Fundo Especial de Despesas da Polícia Militar (FEPOM) para a aquisição específica de equipamentos indicados no pertinente Projeto, em decorrência da adequação aos termos do Provimento CG nº 47/224, da Subseção IV da Seção XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.*

2.2. Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência ou o projeto básico, conforme previsto no inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021. De modo específico, o presente estudo técnico preliminar visa organizar as principais informações para início do processo licitatório para aquisição de materiais de informática.

2.3. **A aquisição Conjunto de servidores integrado por 01 (um) rack reforçado, 01 (um) servidor tipo rack 19" (2 CPU – com 256 Gb Ram – 2 HDs 3,5" e 2 MVME 900 Gb), 1 Switch ( 48 portas + 4 SFP+), e 3 nobreak ( mínimo de 1500VA),** conforme condições, quantitativas, exigências e estimativas, estabelecidas nesse instrumento, tem por objetivo suprir as necessidades da sede do Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7), bem como a adequação da infraestrutura, melhoria e disponibilidade de equipamentos que permitam contribuir com a redução de índices criminais na área de atuação deste CPI-7.

2.4. Atualmente, os equipamentos disponíveis encontram-se obsoletos, com capacidade de processamento e armazenamento insuficientes, o que compromete:

- A velocidade no acesso a dados críticos;
- A eficiência das análises realizadas pelo setor;
- A segurança das informações sensíveis, que devem ser armazenadas localmente por exigência operacional e normativa;
- A continuidade das atividades em caso de queda de energia ou falhas de rede.

2.5. Os itens levantados e demonstrados no Documento de Formalização da Demanda são essenciais para a aquisição dos equipamentos indicados e imprescindíveis para execução dos trabalhos e para o bom andamento das atividades. Haja vista a visível falta destes materiais nas unidades do CPI-7.

### 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico.

3.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133,1º de abril de 2021.

3.3. O Material será entregue na Sede do Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7), com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, devendo-se a entrega ser realizada no horário das 09h00min às 16h30min, conforme endereço abaixo:

3.3.1. **Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7)** - Rua Bento Manoel Ribeiro, nº 209 - Vila São Caetano – Sorocaba /SP - CEP: 18055-129;

3.4. O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

3.5. O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

3.6. O contratado deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.

3.7. Quanto a aquisição dos materiais de informática tem a finalidade de garantir a padronização, confiabilidade e desempenho adequado dos equipamentos adquiridos pela Administração Pública;

3.7.1. Com o objetivo de assegurar a qualidade, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos ofertados nesta aquisição, justifica-se a exigência de que os equipamentos venham com **componentes originais de fábrica, de mesma qualidade e homologados pelo fabricante do equipamento;**

3.7.2. A aquisição de **conjunto de infraestrutura computacional integrada**, composta por **01 (um) rack reforçado, 01 (um) servidor tipo rack, 01 (uma) switch gerenciáveis e 03 (três) nobreaks** múltiplos equipamentos tecnológicos para compor uma infraestrutura crítica — como é o caso da estrutura de servidores e rede do CPI-7 — exige que todos os componentes operem de maneira **harmônica e interdependente**, sob pena de falhas operacionais, perda de dados e baixa disponibilidade.

3.7.3. A contratação poderá ser realizada **em lote único**, pois os equipamentos são complementares e a integração é necessária para a plena funcionalidade da solução

3.7.3.1. A contratação de empresa única, responsável pelo fornecimento **integrado e compatível de todos os itens**, e sua **entrega já montada, instalada e funcional**, assegura que:

- Os componentes sejam efetivamente **compatíveis entre si** (ex.: energia, conectividade, protocolos, montagem física);
- A **solução seja validada tecnicamente** como um conjunto;
- A **responsabilidade técnica recaia sobre um único fornecedor**, eliminando conflitos e fragmentação de responsabilidades entre vários contratados.

#### 3.7.4. Risco da Fragmentação

3.7.4.1. A fragmentação da contratação (itens licitados separadamente) comprometeria:

- A **efetiva compatibilidade entre os equipamentos;**
- A **garantia de funcionamento final da solução;**
- A **agilidade na instalação e na manutenção;**
- A **identificação de responsabilidades em caso de falhas**, ferindo o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



3.8. Importante destacar que não se está exigindo que todos os componentes sejam da mesma marca do fabricante, mas sim que todos os componentes sejam originais, integrados de fábrica, e devidamente homologados pelo fabricante, conforme configuração certificada de série.

3.9. Essa medida visa resguardar o interesse público, garantindo a aquisição de equipamentos confiáveis, com desempenho adequado às necessidades da Administração e menor custo de manutenção no longo prazo.

3.10. Conforme a lei nº 14.133/2021, fundamento nos princípios da eficiência (art. 5º), planejamento (art. 11, IV), gestão por resultados e responsabilidade contratual (art. 6º, XX), a contratação deve prever que a empresa entregue todos os produtos de forma montada, integrada, compatível e em funcionamento pleno, sendo responsável pela instalação, testes e garantia do perfeito funcionamento da solução como um todo.

3.11. Essa exigência atende ao interesse público ao assegurar a **qualidade, continuidade e integridade do serviço prestado**, especialmente por se tratar de uma solução crítica para o **setor responsável do Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7)**.

3.12. O aceite/aprovação do serviço contratado pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do (s) fornecedor (es) por vícios de quantidade ou qualidade posteriormente verificados, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art.28 da Lei nº.8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3.13. Para o fornecimento dos itens de material informática será exigida a logística abaixo:

3.13.1. O CPI-7 emite o Empenho e envia ao fornecedor e para unidade requisitante, sendo que o prazo de entrega não deverá ser superior a 30 (trinta) dias;

3.13.2. A unidade requisitante após o recebimento definitivo do material tomará as providências necessárias para o faturamento junto a UGE.

3.13.3. A contratada deverá fornecer os materiais conforme as especificações técnicas prescritas no termo de referência.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CPI-7 SETOR LOGÍSTICA	1º Ten PM JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. O presente documento tem por finalidade apresentar o levantamento de mercado realizado para aquisição de contratação de empresa especializada no fornecimento de material de informática; destinados às atividades administrativas e operacionais desta entidade. A pesquisa atende ao disposto no art. 11 e art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exigem o planejamento da contratação, bem como a estimativa de preços de mercado.

5.2. A pesquisa teve como objetivo aferir os **valores médios praticados no mercado para a aquisição de um conjunto integrado composto por:**

- 01 (um) rack reforçado, Tamanho mínimo 38U”;
- 01 (um) servidores tipo rack 19" de alto desempenho (2 CPU – 256Gb Ram – 2 HDs, 3,5 " – 2 MVME 900Gb );
- 01 (uma) switch (48 portas + 4 SFP+);
- 03 (três) nobreaks para Rack mínimo de 1500VA.

5.3. A pesquisa de preço será realizada no <https://compras.sp.gov.br/> para cada item do Edital e também será considerado os preços de contratações anteriores.

5.4. O levantamento de mercado demonstrou que os preços estimados são compatíveis com os praticados atualmente, sendo viável economicamente a aquisição da infraestrutura pretendida, **respeitados os princípios da razoabilidade, economicidade e planejamento** da Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição e entrega de **infraestrutura de tecnologia da informação integrada**, composta por **01 (um) rack reforçado, 01 (um) servidores tipo rack 19" de alto desempenho (2 CPU – 256 Gb Ram – 2 HD's – 2 NVME 900 Gb), 01 (uma) switch de rede gerenciáveis e 03 (três) nobreaks mínimo 1500 va**, devidamente montados, instalados, testados e entregues **em pleno funcionamento** no local de destino, com suporte técnico e garantia mínima do fabricante.

6.2. Trata-se de uma solução única e integrada, cujo funcionamento pleno depende da compatibilidade entre os componentes e da correta montagem e configuração técnica dos sistemas, motivo pelo qual é exigida a responsabilidade única de fornecimento por parte de um mesmo fornecedor, visando assegurar a interoperabilidade e eficiência operacional da estrutura implantada.

### 6.3. A solução como um todo contempla:

6.4. **01 (um) Rack Metálico Reforçado:** Para redes de servidores com fluxo de ar otimizado; Sistema modular desmontável em aço; Com abertura para exaustores e passagem de cabo; Tamanho mínimo 38U; Dimensões compatíveis com o suporte dos demais equipamentos presentes neste edital; Composto no mínimo de dois quadros estruturais; Pintura eletrostática; Tampas e laterais removíveis; Tampa traseira perfurada; Tampa frontal perfurada ou com visor acrílico acompanhado de fechadura com chave; Acompanhado de no mínimo 4 bandejas deslizantes e 6 organizadores horizontais para cabo; Acompanhado de todos acessórios para seu correto emprego; Com rodízios giratórios e trava tipo freio; Garantia mínima de 1 ano;

### 6.5. 01 (um) Servidor para rack 19" com trilhos deslizantes, 2 CPU com 256 Gb Ram, 2 HD's 3,5" e 2 NVME 900Gb):

#### 6.5.1. GABINETE:

- Instalação em rack de 19" por meio de trilhos deslizantes;
- Formato com as seguintes dimensões aproximadas: Altura 85mm x Largura 450mm x Profundidade 750mm;
- Chassi com capacidade mínima para 12 discos SAS/SATA de 3,5", com acesso frontal por meio de gavetas Hot-Plug. Todas as gavetas deverão ser funcionais, acompanhar o produto e estarem aptas para o recebimento de discos complementares sem a necessidade de outros acessórios;
- Suporte para, no mínimo, 2 (duas) unidades NVMe padrão 2,5";
- Controladora RAID para gerenciamento de discos com modo de espelhamento e/ou distribuição de dados, bem como outras configurações equivalentes de desempenho e redundância;
- Deverá possuir painel frontal contendo botão liga/desliga, leds de indicação de status e proteção removível (ou mecanismo equivalente) garantindo o acesso às gavetas dos discos apenas após sua remoção;
- Painel traseiro contendo 2 fontes redundantes Hot-Plug (com tensão de entrada de aproximadamente 100-240VAC a 60Hz automática) de no mínimo 800w cada, desde que compatível com a ocupação de todos os slots de discos disponíveis;
- Deverá conter no mínimo 2 conexões RJ45 (mínimo de 1 GbE ou superior) , 2 slots para módulos SFP+ (mínimo 10 GbE ou superior), 2 conexões SFP28 (mínimo de 25GbE);
- Sistema de refrigeração forçada de alta performance, com dissipação térmica dedicada para os 2 processadores (CPU), garantindo operação contínua em regime de alta disponibilidade.

#### 6.5.2. PLACA PRINCIPAL:

- A placa principal deverá permitir o acoplamento simultâneo de 2 processadores, do tipo dual-socket, da mesma família e geração;
- Possuir, no mínimo, 32 slots para memória DIMM DDR5 ou superior, suportando expansão de memória de acordo com a capacidade máxima da plataforma ofertada;

- Não serão aceitas soluções baseadas exclusivamente na integração de componentes sem validação, homologação e responsabilidade técnica do fornecedor pelo conjunto ofertado;
- Deverá possuir slots PCI Express (PCIe) Gen4 ou superior, livres para expansão;
- Deverá possuir interface de rede do tipo modular, permitindo sua substituição em campo sem a necessidade de troca da placa-mãe, compatível com o padrão OCP 3.0 ou equivalente;
- O fornecedor deverá garantir a compatibilidade, integração e pleno funcionamento de todos os componentes ofertados, sendo responsável pelo suporte e manutenção do equipamento como um todo;
- O equipamento deverá ser fornecido por fabricante ou integrador, devendo ser entregue como solução completa, nova e sem uso, com garantia e suporte técnico oficial no Brasil.

### **6.5.3. PROCESSADOR:**

- O servidor deverá ser integrado por dois processadores para o segmento server, com arquitetura x86-64, cada um com no mínimo as seguintes configurações: 16 núcleos físicos e 32 threads; frequência base superior a 2.20 GHz (excluindo o modo turbo); cache L3 mínimo de 60 MB; interconexão entre processadores superior a 20 GT/s; controladora de memória DDR5 ou superior com suporte a frequências mínimas de 4800 MT/s ou superior; suporte a PCI Express 5.0 ou superior;
- O processador deverá ser da classe servidor (data center), pertencente a família corporativa do fabricante, projetado para ambientes de alta disponibilidade, virtualização e processamento paralelo;
- Deverá implementar mecanismos de gerenciamento dinâmico de energia e eficiência térmica;
- Deverá suportar instruções vetoriais avançadas de alto desempenho (AVX-512 ou equivalente funcional com desempenho igual ou superior na arquitetura ofertada).
- O processador ofertado deverá ser da última geração disponível do fabricante ou à imediatamente anterior.

### **6.5.4. MEMORIA RAM:**

- O servidor deverá ser equipado com no mínimo 256 GB de memória RAM total, sendo 128 GB por processador, por meio de módulos DDR5 RDIMM ECC, organização 2Rx4, ou superior, com velocidade mínima de 4800 MT/s ou superior, compatíveis com a controladora de memória da CPU utilizada;
- A memória deverá ser organizada em configuração balanceada entre todos os canais de memória disponíveis por processador (arquitetura multi-channel conforme especificação do fabricante da CPU), garantindo simetria de acesso e desempenho;
- A solução deverá permitir expansão futura por meio de slots de memória livres, mantendo compatibilidade com a plataforma e suporte à capacidade máxima suportada pelo fabricante do servidor.

### **6.5.5. MEMÓRIA DE ARMAZENAMENTO:**

- O servidor deverá ser fornecido com, no mínimo, 2 discos rígidos (HD) de 3,5", 7200 rpm, com capacidade mínima de 16 TB cada, cache de 512 MB, com carga de trabalho mínima de 550 TB/ano e MTBF de 2,5 milhões de horas, configurados em RAID para proteção e gerenciamento dos dados.
- Deverá incluir um subsistema NVMe para boot do sistema operacional, composto por no mínimo 2 unidades PCIe Gen4 x4 ou superior de no mínimo 900 GB cada, configuradas em modo espelhamento (RAID 1) para boot redundante.

### **6.5.6. PORTAS DE COMUNICAÇÃO:**

- O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes interfaces de rede: 2 portas RJ45 de 1GbE ou superior, 2 portas SFP+ de 10GbE ou superior e 2 portas de 25GbE ou superior, compatíveis com transceptores ópticos padrão SFP28 ou equivalente;
- As interfaces deverão estar funcionalmente integradas ao servidor, podendo ser fornecidas por meio de controladora onboard, módulos OCP 3.0 ou adaptadores PCIe dedicados, desde que entregues como solução única homologada pelo fabricante do equipamento;
- As portas SFP+ deverão ser utilizadas como interface principal de conexão uplink do servidor com o switch especificado neste edital, garantindo comunicação no mínimo em 10GbE;
- Deverão ser fornecidos, juntamente com o equipamento, todos os transceptores ópticos (módulos) necessários para interconexão entre o servidor e o switch do mesmo edital, incluindo, no mínimo, módulos SFP+ compatíveis com 10GbE e módulos SFP28 compatíveis com 25GbE, devidamente funcionais e compatíveis com o desempenho das conexões;
- As interfaces de rede deverão suportar tecnologias de virtualização e otimização de tráfego, incluindo VMQ, VXLAN ou equivalentes funcionais suportados pela controladora de rede e pelo sistema operacional;
- O equipamento deverá incluir capacidade de processamento e aceleração de tráfego TCP/IP em hardware ou firmware, por meio da controladora de rede (NIC), visando otimização de desempenho em ambientes virtualizados e de alta densidade;

- Deverá suportar mecanismos de offload de rede, incluindo, mas não se limitando a: LSO, RSS e TSO, ou equivalentes funcionais.

#### **6.5.7. BIOS E SEGURANÇA:**

- Deverá permitir configuração de senha de acesso e senha de administrador para proteção do ambiente de configuração;
- A BIOS/UEFI deverá ser atualizável por software fornecido pelo fabricante e possuir mecanismo de verificação de integridade e autenticação das atualizações;
- Deverá suportar funcionalidade de recuperação de versão anterior da BIOS/UEFI (rollback) em área protegida de memória.

#### **6.5.8. CONTROLADOR RAID:**

- O servidor deverá possuir controladora de armazenamento compatível com discos SAS 12 Gb/s e SATA 6 Gb/s;
- A controladora deverá suportar, o sistema RAID padrão de mercado, com cache dedicado de no mínimo de 2 GB;
- Deverá permitir expansão de capacidade e migração de nível de RAID online, sem interrupção das aplicações;
- Deverá suportar hot swap, hot spare global e reconstrução automática de volumes em caso de falha;
- Deverá possuir suporte a tecnologia SMART para monitoramento de falhas.

#### **6.5.9. SISTEMA OPERACIONAL:**

- O equipamento deverá ser compatível com sistemas operacionais corporativos Windows e Linux, bem como com plataformas de virtualização amplamente utilizadas no mercado, incluindo, mas não se limitando a: Microsoft Windows Server (2019 ou superior com Hyper-V), Canonical Ubuntu Server LTS, Rocky Linux e Proxmox VE;
- O sistema operacional ou hipervisor deverá ser obrigatoriamente instalado em unidades de armazenamento baseadas em tecnologia NVMe, configuradas em espelhamento (RAID 1), por meio de solução de hardware, firmware ou software compatível com a arquitetura do fabricante;
- As unidades NVMe destinadas ao sistema operacional deverão ser exclusivas para essa finalidade, não sendo permitido seu uso simultâneo para armazenamento de dados de aplicações ou dados de usuários;
- As unidades de armazenamento do tipo HDD ou equivalentes deverão ser destinadas exclusivamente ao armazenamento de dados, não sendo permitida a instalação do sistema operacional ou hipervisor nesses dispositivos;
- O subsistema de armazenamento destinado ao sistema operacional deverá ser independente do subsistema de armazenamento de dados, garantindo separação lógica e física entre os ambientes de boot e de dados;
- As soluções de armazenamento destinadas ao sistema operacional deverão suportar espelhamento (RAID 1) por meio de controladora de hardware, firmware ou solução equivalente integrada ao equipamento;
- Não serão aceitas soluções baseadas em cartão SD, pendrive ou dispositivos similares de baixa confiabilidade para instalação do sistema operacional ou hipervisor.

#### **6.5.10. OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE O SERVIDOR:**

- O servidor deverá ser entregue pronto para uso, devidamente configurado e integrado ao ambiente previsto no edital, permitindo operação imediata;
- O fabricante deverá disponibilizar, em seu site oficial, de forma gratuita, todos os drivers, firmwares e atualizações necessárias para operação e segurança do equipamento;
- O equipamento deverá ser fornecido com todos os componentes necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo trilhos para montagem em rack, cabos de energia, conexões entre switch e servidor e acessórios compatíveis com a solução ofertada;
- Todos os componentes críticos, incluindo fontes, ventiladores e unidades de armazenamento, deverão ser hot-plug/hot-swappable, permitindo substituição com o equipamento em operação;
- As unidades de armazenamento deverão ser de padrão enterprise, compatíveis com operação contínua 24x7;
- Todos os componentes deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento, e não poderão estar fora de linha de fabricação;
- O equipamento deverá estar em conformidade com normas internacionais de segurança elétrica e eficiência energética aplicáveis, incluindo RoHS e equivalentes vigentes;
- Garantia e suporte técnico de no mínimo 36 meses.

#### **6.6. 01 (uma) switch (48 portas + 4 SFP+):**

- Switch Gerenciável de alto desempenho, com suporte mínimo à camada 3 (L3), contendo 48 portas RJ45 de 1 GbE ou superior e 4 portas SFP+ de 10GbE ou superior; Garantia mínima de 12 meses.

#### **6.7. 03 (três ) nobreaks para Rack (mínimo de 1500VA):**

- Nobreak Onda Senoidal Pura; Capacidade mínima de 1500VA; Tamanho mínimo 2U; Para Rack 19"; Com baterias internas de no mínimo 12V 9Ah; Para emprego em equipamentos eletrônicos críticos e sensíveis; Microcontrolado; Com display LCD programável ou led's indicadores de status/rede; Tensão de entrada Bivolt (automática) frequência de 60 Hz; Tensão de saída 110v ou selecionável; Com no mínimo 4 tomadas 10A e 1 tomada 20A - NBR 14136; Com tecla liga desliga com memória e retardo contra desligamento acidental; Proteção contra surtos de tensão; Proteção contra sub/sobretensão; Proteção contra descarga da(s) bateria(s); Proteção contra sobrecarga na saída; Proteção contra ruídos elétricos; Garantia mínima de 12 meses;

#### **6.8. Garantia:**

- Os bens fornecidos deverão possuir garantia do fabricante, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), obrigando-se a contratada a assegurar a substituição, reparo ou correção de eventuais defeitos de fabricação ou funcionamento dentro do prazo de garantia estabelecido pelo fabricante;
- A garantia dos produtos deverá observar, no mínimo, os prazos legais estabelecidos pelo Código de Defesa do Consumidor, bem como eventuais garantias adicionais concedidas pelo fabricante.

6.9. Os referidos equipamentos deverão ser entregues em plenas condições de funcionamento junto a contratada; a ligação entre servidores e switch deverá ser realizada por meio de conexão óptica de no mínimo 10Gb/s; Deverá ser integrado por todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo, organizadores de cabos, ventiladores, eletrodutos entre outros.

6.10. Por se tratar de um ambiente crítico e sensível, o fornecimento dos equipamentos de forma fracionada e por diferentes empresas acarretaria riscos elevados de:

- Incompatibilidade entre peças e padrões técnicos;
- Aumento de custos com suporte e assistência técnica dispersa;
- Dificuldade de atribuição de responsabilidade em caso de falhas;
- Descontinuidade do funcionamento por falhas de integração.

6.11. Os itens a serem contratados por meio deste certame estão detalhados na tabela constante do Termo de Referência onde são expostos os critérios técnicos do item que atende à demanda do CPI-7.

6.12. Catálogos poderão ser solicitados sempre que a equipe de contratação achar necessário, para sanar dúvidas quanto a qualidade do produto e adequação aos critérios solicitados na descrição do produto no termo de referência. Os catálogos serão avaliados pelos solicitantes e comparadas aos critérios exigidos e as características especificadas para o item.

6.13. O objeto da referida licitação só será aceito se estiver em conformidade com as especificações do termo de referência.

6.14. Entregues os bens, eles serão recebidos provisoriamente, pelo responsável do seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação constante no Termo de Referência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

6.15. Os bens serão recebidos definitivamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo de recebimento.

6.16. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser refeitos no prazo de 10 (dez) dias úteis às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório.

- 6.17. Os materiais, de um modo geral, só serão aceitos se possuírem informações adequadas e claras, ostensivas em língua portuguesa sobre a especificação correta da quantidade, característica, composição, garantia, prazo de validade e qualidade, bem como sobre os riscos que apresentem para a saúde e segurança, sendo rejeitados os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.
- 6.18. Todos os produtos deverão estar de acordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
- 6.19. Além de melhorar a qualidade técnica dos procedimentos licitatórios, um planejamento integrado de contratação reduz a duplicidade de esforços entre as organizações interessadas e aperfeiçoa o trabalho dos gestores com ênfase nas atividades de aquisições, licitações e contratos, ensejando economia processual.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. O levantamento do quantitativo necessário foi realizado pelo setor de Inteligência do CPI-7.
- 7.2. A aquisição do item visa atender a grande deficiência de material de informática. Desta forma, existe a necessidade de aquisição de novos equipamentos.
- 7.3. Essa quantidade atende a necessidade do Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7), por meio do Centro de Inteligência da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CIPM) e Órgãos participantes, conforme quantitativos descrito abaixo:
- 7.3.1. **Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7)** - Rua Bento Manoel Ribeiro, nº 209 Vila São Caetano, Sorocaba /SP, CEP 18055-129, tel (15) 3229-3900;
- 7.4. Itens descrito abaixo sendo material permanente:

MATERIAL PERMANENTE							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	NATUREZA DE DESPESA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	RACK 19" REFORÇADO PARA SERVIDOR	617522	449052	und	1	R\$ 4.879,00	R\$ 4.879,00
2	SERVIDOR TIPO RACK 19" ,2 CPU 256 GB DE RAM, 2 HD'S 3,5', 2 MVME 900 GB	457720	449052	und	1	R\$ 170.113,33	R\$ 170.113,33
3	SWITCH 48 PORTAS + 4 SFP+	618776	449052	und	1	R\$ 14.944,96	R\$ 14.944,96
4	NOBREAK PARA RACK MÍNIMO 1500 VA	626903	449052	und	3	R\$ 2.073,80	R\$ 6.221,40
TOTAL:							R\$ 196.158,69

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

- 8.1. As pesquisas de preços foram realizadas conforme as normas estabelecidas pelo Decreto estadual Nº 67.688, de 17/08/23, que sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação dispõe de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

8.2. A estimativa de valor da contratação é de: **R\$ 196.158,69** (cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos)

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do **art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação, com o objetivo de ampliar a competitividade e permitir a participação de mais empresas, desde que isso não comprometa a funcionalidade, a economicidade e a viabilidade técnica da solução.

- **Art. 40.** Sempre que possível, o objeto da licitação será dividido em lotes, visando ampliar a participação de licitantes e a competitividade, sem perda da economia de escala.

9.2. Contudo, **no caso específico desta contratação, não se recomenda o parcelamento do objeto**, com base nas seguintes justificativas técnicas e operacionais:

### 9.3. Solução Integrada e Interdependente

9.3.1. A solução contratada é composta por **conjunto único e interdependente de componentes tecnológicos**, cujo funcionamento adequado exige:

- **Compatibilidade plena entre os equipamentos** (padrões físicos, elétricos, lógicos e de rede);
- **Instalação física integrada em rack padronizado**;
- **Interligação e configuração conjunta**, com testes funcionais finais do conjunto como um sistema único.

9.3.2. Parcelar essa contratação entre diversos fornecedores comprometeria:

- A **integração técnica entre os itens**;
- A **responsabilização por falhas** (ex.: um fornecedor alegando que a falha é de equipamento de outro);
- A **garantia unificada de funcionamento**.

### 9.4. Responsabilidade Técnica Unificada

9.4.1. Ao exigir que **uma única empresa forneça, monte e entregue a solução em pleno funcionamento**, assegura-se que:

- Haverá **um único ponto de contato técnico e contratual**;
- Todos os **itens sejam compatíveis** entre si, testados em conjunto;
- A **responsabilidade sobre suporte e garantia** recaia integralmente sobre o contratado.

9.4.2. Esse formato evita disputas entre fornecedores distintos em caso de falhas técnicas, o que é comum em contratos parcelados para sistemas integrados.

### 9.5. Atendimento aos Princípios da Economicidade e Eficiência

9.5.1. Embora o parcelamento, em tese, possa ampliar a competição, no caso presente ele **representaria risco de ineficiência administrativa**, podendo gerar:

- **Custos adicionais** com montagem técnica, ajustes entre sistemas incompatíveis e manutenção de diferentes fornecedores;
- **Retrabalho** e atrasos na implantação, com risco de indisponibilidade dos serviços de inteligência;
- A contratação integral favorece a **padronização, economia de escala e simplificação de gestão contratual**.
- **Fragilidade contratual** na exigência de entrega funcional do sistema como um todo.

9.6. Diante da **interdependência técnica e funcional entre os itens**, da **necessidade de entrega conjunta, montada e funcional** e da **importância de responsabilização unificada**, **não se recomenda o parcelamento do objeto da contratação**.

9.6.1. A contratação deverá ser realizada em **lote único e indivisível**, conforme previsto no §1º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, quando o parcelamento:

- **Prejudicar a execução do objeto;**
- **Comprometer a economia de escala;**
- **Tornar tecnicamente inviável a integração dos componentes.**

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não existem contratações correlatas e/ou independentes, pois os materiais adquiridos são de uso comum e especificado.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Ressalte-se que a aquisição em tela não encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) por se tratar de uma demanda específica da unidade. *O pertinente recurso foi disponibilizado pelo Poder Judiciário, por meio de depósitos oriundos do Processo nº 1011600-67.2025.8.26.0602, junto ao Fundo Especial de Despesas da Polícia Militar (FEPOM) para a aquisição específica de equipamentos indicados no pertinente Projeto, em decorrência da adequação aos termos do Provimento CG nº 47 /224, da Subseção IV da Seção XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.*

11.2. A presente contratação está em alinhamento com a Lei Orçamentaria Anual.

## 12. Resultados Pretendidos

12.1. O objetivo é atender às necessidades do **Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7)**, assegurando:

- Alta disponibilidade para execução de sistemas e serviços de inteligência policial;
- Maior capacidade de **processamento, armazenamento e resposta a consultas e análises de dados sensíveis;**
- Segurança física e lógica das informações, com proteção contra quedas de energia e falhas de rede;
- Infraestrutura padronizada, escalável e com gerenciamento centralizado;
- Redução de riscos operacionais decorrentes da obsolescência tecnológica atualmente existente;
- Atendimento às normas legais de integridade, sigilo e continuidade dos serviços de TI críticos à atividade policial.

12.2. A entrega deverá ocorrer com todos os equipamentos montados no rack, interligados, testados e entregues em perfeito estado de funcionamento, com fornecimento de manuais técnicos em língua portuguesa.

12.3. O sucesso da contratação será medido pela entrega de uma infraestrutura robusta, confiável e pronta para uso, que possibilite a execução das atividades do CPI-7 com eficiência, segurança e estabilidade.

12.4. Pretende-se contratar os itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar pelo menor preço, com a qualidade e especificações garantidas visando atender às demandas do CPI-7.



## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. A contratação será realizada por meio de **licitação**, preferencialmente na modalidade **Pregão Eletrônico**, com adjudicação por **lote único**, nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, dada a interdependência técnica dos itens.

13.2. A licitação estando homologada e as atas assinadas poderão ser feitas contratações para aquisição dos itens licitados.

13.3. A área requisitante, antes do recebimento do material, deverá inteirar-se do conteúdo do empenho e prever instruções de recebimento do material adquirido, principalmente se for de cunho específico, onde há necessidade de nomeação de equipe de recebimento de material e lavratura de Termo de Recebimento e Exame de Material.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A utilização do objeto desta contratação pode gerar os seguintes impactos:

14.2. A principal medida mitigadora é a especificação de item com classificação mais econômicas pelo organismo de certificação (INMETRO).

14.3. A falta de responsabilidade no ciclo de vida dos insumos pode acarretar prejuízos ambientais, como a poluição e outros compostos químicos contidos nos produtos no solo e na água, quando eles chegam a aterros sanitários.

14.4. Além disso, alguns componentes possuem tempo de decomposição notavelmente lento para ser completamente decomposto, prejudicando a vida na fauna e flora do planeta.

14.5 Dessa forma, pelo fato do produto eventualmente adquiridos ser classificado como material duradouro, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como nos normativos do Poder Executivo e Legislativo, a Administração obedecerá ao disposto na legislação específica que trata do desfazimento de bens da Administração Pública, após o fim da sua vida útil.

14.6. A contratada assumirá a responsabilidade por todos os itens componentes da licitação, inclusive seus consumíveis, mitigando-se riscos, racionalizando-se e aproveitando os recursos de forma eficiente.

14.7. Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento das recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal /88.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

15.1.1. A análise técnica, orçamentária, operacional e jurídica demonstrou que a contratação da solução integrada é viável e necessária, sendo a alternativa mais adequada ao interesse público, por garantir:

- A funcionalidade do sistema como um todo;
- A eficiência na execução da atividade de inteligência policial;
- A segurança e continuidade dos serviços críticos;
- A economicidade e racionalidade administrativa

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 09:47:48.*

# MATRIZ DE RISCOS



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

Matriz de Gerenciamento de Riscos 28/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
28/2026	JULIANO DE JESUS MACHADO	19/02/2026 08:50
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE INTELIGÊNCIA DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE - CPI-7		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Incompatibilidade entre equipamentos adquiridos	Fornecimento de itens por diferentes empresas.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Falha na integração, inoperância da solução				
	Ações Preventivas					
	P-01	Exigir fornecimento do conjunto completo por único fornecedor;			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	
	P-02	Estabelecer entrega em lote único;			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	
	P-03	Detalhar no TR os requisitos de compatibilidade e integração funcional.			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	
	Ações de Contingência					
	C-01	Rejeitar itens incompatíveis na entrega;			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA	
	C-02	Acionar garantias contratuais e aplicar sanções;			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA	
	C-03	Exigir substituição imediata dos itens sem ônus			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Entrega com atraso	Problemas logísticos ou administrativos do fornecedor	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Comprometimento do cronograma de implantação				
	Ações Preventivas					
	P-01	Estabelecer cronograma detalhado no edital;			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	
	P-02	Aplicar cláusula de penalidade por atraso;			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	
	P-03	Avaliar capacidade técnica do fornecedor previamente.			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	
	Ações de Contingência					
	C-01	Notificar formalmente o fornecedor;			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA	
	C-02	Aplicar multas por dia de atraso;			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA	
	C-03	Acionar penalidades contratuais e rescindir, se necessário.			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Equipamento com falha técnica ou defeito	Erro de fabricação, transporte ou montagem.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Necessidade de substituição, atrasos e retrabalho				
	Ações Preventivas					
	P-01	Exigir equipamentos novos e certificados;			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	

P-02	Realizar teste de funcionamento no ato do recebimento;	<b>Responsável:</b> JOAO CARLOS DE OLIVEIRA
P-03	Estabelecer garantia mínima 12 meses	<b>Responsável:</b> JOAO CARLOS DE OLIVEIRA
<b>Ações de Contingência</b>		
C-01	Solicitar substituição imediata do item com defeito;	<b>Responsável:</b> JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA
C-02	Reter pagamentos até a correção;	<b>Responsável:</b> JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA
C-03	Acionar garantia e suporte do fabricante.	<b>Responsável:</b> JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Queda de energia sem atuação dos nobreaks	Equipamento insuficiente ou mal dimensionado	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Perda de dados e interrupção de serviços					
Ações Preventivas						
P-01	Exigir nobreaks com autonomia mínima 3000 va;			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-02	Incluir testes de failover antes do aceite			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-03	Verificar compatibilidade com a carga total prevista.			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Isolar equipamentos e evitar sobrecarga;			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		
C-02	Utilizar gerador ou fontes auxiliares de energia (se disponíveis);			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		
C-03	Requerer substituição dos nobreaks.			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Aumento do consumo de energia e sobrecarga na rede elétrica	Infraestrutura elétrica do local inadequada	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Danos aos equipamentos, risco à segurança patrimonial					
Ações Preventivas						
P-01	Avaliar infraestrutura elétrica previamente;			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-02	Consultar setor técnico (engenharia ou manutenção predial);			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-03	Limitar a carga conforme o projeto elétrico.			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Desligar equipamentos de risco;			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		
C-02	Acionar setor de manutenção para adequações;			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		
C-03	Realocar equipamentos para ambiente mais seguro			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Rejeição de propostas por ausência de detalhamento técnico	Licitantes não atendem exigências ou não compreendem objeto	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	1
Impactos						
1	Fracasso da licitação, necessidade de republicação					
Ações Preventivas						
P-01	Redigir edital com linguagem clara e objetiva;			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-02	Incluir anexo de perguntas e respostas durante o pregão.			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Analisar falhas com base na documentação;			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		
C-02	Providenciar nova publicação com ajustes.			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Os produtos não estarem de acordo com Termo de Referência e com o Contrato.	A contratada entregar produto inadequado.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	1
Impactos						
1	Prejuízos às atividades da Unidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar os prazos de entrega e manter contato permanente com a contratada a fim de mantê-la esclarecida das obrigações técnicas do contrato.			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-02	Previsão de sanções administrativas no Termo de Referência.			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		

P-03	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz.	<b>Responsável:</b> JOAO CARLOS DE OLIVEIRA
<b>Ações de Contingência</b>		
C-01	Notificar o fornecedor sobre a insuficiência na entrega do material o orientá-lo sobre a correção do problema.	<b>Responsável:</b> JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA
C-02	Comunicar o gestor do contrato para que, se for o caso, seja aberto processo administrativo visando apurar a responsabilidade do contratato.	<b>Responsável:</b> JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Empresa não possuir conta no Banco do Brasil	Falta de planejamento financeiro; ausência de exigência contratual previamente identificada; desconhecimento de requisitos de clientes ou órgãos públicos; atraso na abertura da conta	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Impossibilidade de participar de licitações ou contratos que exijam conta no Banco do Brasil; atraso no recebimento de pagamentos; perda de oportunidades comerciais; impacto no fluxo de caixa.					
Ações Preventivas						
P-01	Mapear exigências contratuais e legais previamente			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-02	Incluir verificação bancária no checklist de habilitação			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-03	Manter relacionamento com instituições financeiras estratégicas			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
P-04	Antecipar abertura de conta para contratos públicos			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Iniciar imediatamente o processo de abertura de conta			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		
C-02	Acionar gerente bancário para priorização			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		
C-03	Negociar prazo contratual com o cliente			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		
C-04	Avaliar alternativas temporárias permitidas contratualmente			Responsável: JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA  
Autoridade competente

# **MODELO DE NOTA DE EMPENHO**

## **(Minuta Padronizada SEFAZ)**



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta



# Governo do Estado de São Paulo

## NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2023NE00000

UG	
Gestão	
Data de Emissão	

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade	<table border="1"> <tr> <td>UF</td> <td></td> <td>CEP</td> <td></td> </tr> </table>	UF		CEP	
UF		CEP			

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho		Ref Dispensa			
Licitação		Modalidade			
Empenho Orig.		Nº Contrato	<table border="1"> <tr> <td>Nº OC</td> <td></td> </tr> </table>	Nº OC	
Nº OC					

Valor do Empenho R\$	
----------------------	--

Cronograma					
	<table border="1"> <tr> <th>Mês</th><th>Valor</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table>	Mês	Valor		
Mês	Valor				

Item:	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

\_\_\_\_\_  
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--



# Resolução nº SSP-05/2026

Trata das sanções aplicáveis no âmbito da Secretaria de  
Segurança Pública do Estado de São Paulo



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

**3 - no caso de obras e serviços de engenharia:**

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;**

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**
- II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**
- III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**
- IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

## **CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

**I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

**II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou



mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

## **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**  
Secretário da Segurança Pública

# MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA***(em papel timbrado do licitante)*

<b>GRUPO 01</b>						
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATMAT</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>1</b>	<i>Rack 19 reforçado para servidor</i>					
<b>2</b>	<i>Servidor 2 cpu 128gb tipo rack</i>					
<b>3</b>	<i>Switch 48 portas + 4 sfp+</i>					
<b>4</b>	<i>Nobreak mínimo 1500 va</i>					

- Validade da proposta 60 (sessenta) dias a contar da apresentação.
- Anexo: catálogo dos produtos ofertados.

Local e data.

<b>EMPRESA</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>ENDEREÇO</b>	
<b>TELEFONE</b>	
<b>E-MAIL</b>	
<b>RESPONSÁVEL</b>	

---

Representante Legal

# MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

*(em papel timbrado do licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_  
(nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

*(Local e data).*

\_\_\_\_\_  
*(Nome/assinatura do representante legal)*